

Evento: XX Jornada de Extensão

ASSISTENCIALISMO: UM PERCURSO HISTÓRICO DE ASSUJEITAMENTO DO SUJEITO¹

WELFARE: A HISTORICAL PATH OF SUBJECT SUBJECTION

Camila Eduarda Weber², Flávia Flach³

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de graduação em Psicologia da UNIJUI.

² Aluna do curso de graduação em Psicologia da UNIJUI.

³ Professora mestre do curso de graduação em Psicologia da UNIJUI.

INTRODUÇÃO

É possível compreender o assistencialismo, de modo geral, como uma forma de prestar ajuda a quem necessita. Segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, a palavra assistencialismo se refere a um trabalho estruturado de assistência social, exercido por indivíduo, grupo de pessoas, organização governamental ou não governamental, aos membros carentes de uma sociedade. O assistencialismo parte da premissa de que “é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor” (SPOSATI, 1991 apud VILLANUEVA et al, 1999, p. 166). Com isso, pode-se afirmar que essa prática conta sempre com um sujeito e outro sujeito que é assujeitado[1].

Pensando a prática assistencialista sob o olhar da psicanálise, esta situa-se como uma resposta direta à demanda dos sujeitos, sem levar em conta o seu desejo. Para entender isso, podemos compreender a demanda como um pedido, um apelo endereçado a um outro que possa satisfazê-lo, de uma restituição de um estado anterior de complementação que o sujeito supõe existir ou ter existido (QUINET, 2000 apud JUNIOR e RIBEIRO, 2009). Em contrapartida, “o desejo é a busca de algo que nunca existiu, de algo que é perdido desde sempre e que, por isso mesmo, em última instância, não pode ser encontrado, substancializado, sendo justamente esse impossível que faz o sujeito estar em movimento constante” (JUNIOR e RIBEIRO, 2009, p. 93).

Diante disso, esse trabalho visa abordar a prática assistencialista, desde o seu percurso histórico, ao entendimento desta como meio de alienação e de assujeitamento da população. Pensar a dinâmica dessa prática em nossa sociedade e suas implicações/consequências nos leva a perceber as formas de intervenção possíveis ao psicólogo nessa realidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida pela acadêmica Camila Eduarda Weber do curso de graduação em Psicologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido a partir de uma pesquisa teórica provocada pelo campo de Estágio Básico em Psicologia, supervisionado pela professora Flávia Flach, sob a forma de resumo expandido, usando dados de revisão bibliográfica de escritos na área da Psicologia Social, da Psicanálise e do Serviço Social.

Evento: XX Jornada de Extensão

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Villanueva et al (1999), a prática assistencialista tem sua história marcada desde a Antiguidade, no Egito e na Grécia, com o aparecimento das confrarias, datando do ano de 3000 a.C. Após, com o advento do cristianismo, ela aparece nos trabalhos de caridade desenvolvidos pela Igreja Católica, tendo, nessa época, São Tomás de Aquino postulado a assistência como um dos pilares da fé. No Brasil, o primeiro marco assistencialista ocorreu na colonização com a vinda dos jesuítas da Companhia de Jesus de Inácio de Loiola ao país e seu trabalho com os indígenas e negros. Da mesma forma, no Brasil Império e início do Brasil República, esta forma de prestar ajuda ainda esteve referida ao cristianismo com suas ações de caridade e a formação de Irmandades, que eram uma reunião de leigos em torno do culto de um santo determinado, à beneficência e à ajuda mútua.

Com um caráter de laicização do assistencialismo, deixando de usar como preceito a caridade da fé, a partir do século XVIII começaram a surgir, em todo o país, as entidades filantrópicas que integram o Terceiro Setor, que consistem em instituições de iniciativa privada, sem fins lucrativos com foco na prestação de serviços à sociedade, o que introduz uma nova forma de assistencialismo.

Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores. (SANGLARD, 2003, p. 1095)

Pensando na prática assistencialista como uma forma de publicidade, esta tem ascensão no cenário político de 1930, a partir da Era Vargas com sua forma de governo populista e de centralização do Estado. Tal prática mostrou-se superficial, atuando somente em ações que geravam retorno direto a quem as praticava, desconsiderando o desejo da população. Dessa forma, pode-se entender que tal ação acaba por infantilizar os sujeitos, transformando-os em assistidos (RAMMINGER, 2001). Para além disso, ao responder à demanda, a intervenção dessas instituições pode estar pautada simplesmente no ajuste dos sujeitos às normas do sistema capitalista. Assim “o assistencialismo revela-se nessa perspectiva como uma espécie de imposição da classe dominante sobre os dominados” (LOURENÇO e SANTOS, 2011, p. 12).

A esse respeito, a psicologia social se refere ao conceito de alienação, quando o indivíduo não tem acesso ao conhecimento necessário acerca de sua cidadania, fazendo com que conforme-se com suas necessidades básicas suprimidas através do assistencialismo. Esta alienação pode ser caracterizada pela atribuição de naturalidade aos fatos sociais, impedindo o indivíduo de reconhecer-se na pertença a sua classe social, ou seja, ter consciência de classe e, conseqüentemente, consciência de si mesmo, já que este último depende do primeiro (LANE, 1994).

Evento: XX Jornada de Extensão

Sabe-se que despotencializar a população é impedir sua autonomia. Ao fazer do desejo da instituição o desejo dos usuários, o que será ofertado aos últimos não é o que esses desejam, mas corresponde ao desejo de um grupo de pessoas, de uma ideologia, ou de um propósito institucional, por exemplo (RAMMINGER, 2001). Isso coloca os sujeitos, como dito anteriormente, em uma posição de alienação, diminuindo sua capacidade de desejar, pensar e agir por si próprios.

Segundo Filho (2011), numa posição de alienação e sem encontrar saídas para sua situação, muitos sujeitos passam a se autoculpabilizar passando a crer, por exemplo, que as características que o levaram a esta condição são inerentes à sua personalidade, a uma dificuldade e/ou impossibilidade de ordem pessoal, sendo acometidos pelo fatalismo que o faz crer que deve aceitar a condição em que está, que não há outros caminhos possíveis para a sua vida.

A psicanálise, como descrito por Junior e Ribeiro (2009), tem contribuições a oferecer nesse contexto, pois, ao conceber a teoria como associada a prática cotidiana, alerta-nos que escutar a demanda é diferente de satisfazê-la prontamente, encontrando assim uma forma de priorizar as urgências subjetivas e sociais das comunidades em detrimento do aspecto material das necessidades.

“Não temos paciência para escutar, para compreender que a fome (...) nem sempre é saciada com um prato de feijão com arroz. Somos surdos ao interdito quando estamos longe de nossos consultórios, aliás, nem acreditamos nele... Será que pobre tem inconsciente?” (RAMMINGER, 2001, s. p.)

Mas é preciso alertar que, o profissional psicólogo orientado pela psicanálise e pela ética profissional não deve levar os seus valores pessoais às comunidades e aos sujeitos, deve pautar a sua prática longe de preconceitos, julgamentos e pensamentos moralistas. Como descrevem Junior e Ribeiro (2009), isso não quer dizer que o profissional não pode questionar o grupo, mas questionando deve criar uma ação profissional com a comunidade, construindo estratégias junto à ela, e não ser pensada para a comunidade a partir de construtos próprios. O trabalho necessário a ser feito é, suportando o lugar do vazio, relançar o sujeito a buscar os significantes mestres da sua história ou da história de sua comunidade, obtendo um novo saber a partir da resignificação destes.

É superando a lógica alienadora de assistencialismo que o psicólogo pautará seu trabalho na construção da autonomia de sujeitos desejantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível ver nesse trabalho, nossa história mostra-se permeada pelo assistencialismo em diferentes âmbitos, e em alguns momentos ela foi utilizada como forma de controle da população. Para a Psicologia Social e para a Psicanálise tal prática tem como consequência a alienação dos sujeitos, sua perda de autonomia e sua possibilidade de gerenciamento de suas próprias escolhas. Para além disso, isso gera sofrimento social, pois os sujeitos são reduzidos aos saberes, desejos e

Evento: XX Jornada de Extensão

demandas de instituições, que não fornecem suporte para inserir esses sujeitos nas esferas de conhecimento e cultura produzidas pela humanidade

Conclui-se em decorrência disso que, o trabalho do psicólogo com essas populações, muitas vezes, mais vulneráveis, é de extrema importância, no sentido de desenvolver a autonomia e o protagonismo, e como consequência resgatar a cidadania e o sentido de pertencimento social .

Palavras-chave: Alienação; Sofrimento; Demanda; Desejo.

Keywords: Alienation; Suffering; Demand; Desire.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSISTENCIALISMO. Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: . Acesso em 14 jun. 2019.

ASSUJEITAR. Dicionário Online de Português. Disponível em: . Acesso em 15 jul. 2019.

JUNIOR, Nadir Lara.; RIBEIRO, Cynara Teixeira. Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 91-99, 2009.

LANE, Silvia Tatiana Maurer (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LOURENÇO, Natália Regina de Almeida.; SANTOS, João Paulo Cintra dos. Assistencialismo versus emancipação: o papel do terceiro setor na sociedade atual. *Revista Saber Acadêmico*, v. 12, p. 10-14, jun. 2011.

PUSSETTI, Chiara.; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 467-478, out. 2011.

RAMMINGER, Tatiana. Psicologia comunitária x assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia Ciência e Profissão: Brasília*, v. 21, n. 1, p. ?. mar. 2001.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, Ciências Saúde: Manguinhos*, v. 10, n. 3, p. 1095-1098, set./dez. 2003.

VILLANUEVA, Elisa Rodrigues. et al. História da assistência social no Brasil. *Multitemas*, v. 1, n. 14, p. 154-175, ago. 1999.

[1] Segundo o Dicionário Online de Português, assujeitar é conter ou ter domínio sobre algo; guardar em si; reprimir.

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO UNIJUI 2019
CONHECIMENTO

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XX Jornada de Extensão